

Terça-feira, 03 de julho de 2012

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelôja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Miriam Santini de Abreu
(MTb 8077/RS)

Tiragem: 700 exemplares

Nº 1109

Cúpula do TSE sente a pressão

**“Apagão” no Judiciário, AMANHÃ,
DIA 4, das 15 às 17h, no TRE-SC**



**PCS: a gente é que tem fazer
a diferença nessa balança!**

A gente na mídia

COLUNA PAINEL - Vera Magalhães

Fonte: Folha de SP

Em xeque 1 - A Lei da Ficha Limpa enfrentará novo obstáculo para vigorar plenamente. Como a instrução do TSE para o pleito não exige certidão cível, caberá ao Ministério Público identificar os candidatos inelegíveis.

Em xeque 2 - Promotores terão cinco dias para a impugnação de registro, prazo considerado insuficiente para que os tribunais façam um cruzamento de dados a tempo de banir os fichas-sujas.

Sujou - As dificuldades podem aumentar caso o Judiciário entre em greve, o que paralisaria o processamento de informações e a emissão de documentos como a certidão negativa criminal, obrigatória para os candidatos.

Presidência do TRE-SP sente força da Greve e transfere sede das inscrições de candidaturas

Iniciada na quinta-feira (28), a Greve por tempo indeterminado começa surtir dar seu primeiro resultado. A transferência do local de inscrição dos candidatos do cartório da 1ª Zona Eleitoral para a sede do TRE, na rua Francisca Miquelina.

A decisão foi dada ontem pelo presidente do TRE, desembargador Alceu Navarro Penteadado, que sentiu a força da Greve. Assim, a paralisação começa a dar o seu recado às instâncias superiores do Poder Judiciário e ao Governo Federal: "Se não houver negociação, a realização das eleições podem estar ameaçadas", afirma Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud. *Fonte: Sintrajud*

Concentração - Sonia Racy

Fonte: AE

Cármem Lúcia convocou todos os presidentes de TREs para reunião, terça-feira, em Brasília. A comandante da Justiça Eleitoral está preocupada com paralisação dos servidores do Judiciário. Motivo? Eles podem cruzar os braços justamente no último dia para o registro de candidaturas.

A ministra já conversou sobre o assunto com José Sarney e Marco Maia.

Sem PCS4, perda mensal pesa no orçamento do servidor

Segundo estudo do economista Washington Luiz Moura Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud/SP e assessor econômico do SINTRAJUSC, desde junho de 2006, data da aprovação do PCS3, a remuneração dos trabalhadores do Poder Judiciário Federal está congelada. Porém, a inflação vem corroendo os salários dos servidores, trazendo enormes perdas salariais. Ele fez comparativos com a remuneração de junho de 2006, que se mantém no mesmo valor, e a elevação do salário mínimo nacional, o salário mínimo necessário do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - e a cesta básica do DIEESE. **Confira um exemplo:**

Um analista judiciário, em junho de 2006, tinha um vencimento que correspondia a 29,82 salários mínimos. Como não houve aumento na remuneração, mas a inflação só aumenta - desde taxas e impostos até alimentação, vestuário etc, - atualmente o vencimento equivale a 16,78 salários mínimos. Ou seja, houve uma diminuição de 13,04 salários mínimos no período.

E como vai ficar se for aprovado o projeto de congelamento salarial? Mais dez anos sem reajuste? Por isso participe da luta pelo reajuste salarial e vá para a Justiça Eleitoral na quarta!